

Se o presente é de luta, o futuro nos pertence!

Por *Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior*

Técnico Administrativo em Educação lotado no CDHIS-UFU

Foi em Janeiro de 2017, há 5 anos, que nós trabalhadoras e trabalhadores Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior tivemos o último e limitado reajuste salarial. Segundo o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), **os salários** das servidoras e dos servidores públicos federais **estão defasados em 28,15%** desde 2017. Só em **2021**, a inflação acumulada foi de **10,74%**. O governo autoritário e negacionista de Jair Bolsonaro significou desde o início de 2019, uma perda salarial de 19,99% para o conjunto das Servidoras e Servidores Públicos Federais (SPFs).

Nesses últimos anos, em especial após o golpe jurídico-midiático-parlamentar que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, foram caracterizados por um período difícil, reacionário e ultra liberal, e, portanto caracterizado pela degradação das nossas condições de vida, traduzida centralmente pela corrosão dos direitos sociais (previdenciários e trabalhistas), desmonte do Estado e do serviço público que atende a população mais pobre (EC 95/2016 e privatizações) e pela desvalorização salarial que afeta diretamente o nosso cotidiano no consumo de alimentos e nas condições de moradia, lazer e cultura.

E essa conjuntura política reacionária no Brasil, potencializada pela Pandemia da COVID-19, provocou impactos objetivos e subjetivos para o conjunto dos movimentos sindicais e populares, dificultando mobilizações e reações coletivas em busca de melhores condições de vida. Frente à tamanha perplexidade com o grave contexto social, político e econômico, as

**INFLAÇÃO
FECHA
2021 EM
10,74%**



nossas lutas foram em grande medida organizadas para preservar os direitos sociais e o direito a vida, que os governantes dominados pelo grande empresariado, pelo agronegócio e pelos banqueiros, querem nos retirar. Não conseguimos coletivamente ir além e protagonizar lutas por melhores condições de vida.

Nós do SINTET-UFU, temos um histórico forjado em importantes lutas que ocorreram em diversos cenários políticos de nosso país, inclusive em cenários extremamente adversos. E nesse sentido, carregamos durante todo esse período a compreensão sobre a necessidade de articular lutas unitárias em direção de mobilizações e greves que nos coloquem em melhores condições de lutar por melhores condições de vida e de trabalho. Com essa perspectiva dia 24/01/2022, dia nacional das aposentadas e aposentados, mediante os danosos impactos administrativos da gestão superior da UFU e da EBSERH no HC-UFU, aprovamos em Assembleia do SINTET-UFU a deflagração de uma Greve Sanitária a partir de 28/01/2022. A greve que durou cinco dias, foi bastante vitoriosa no sentido da UFU garantir melhores condições de trabalho para a preservação de nossas vidas frente a uma perspectiva antidemocrática de gestão pública a nível federal e local em contexto da Pandemia da COVID-19.

O próximo desafio nosso agora tem relação direta com a luta contra o (des)governo Bolsonaro e sua política de destruição do serviço público. A construção de uma greve é fundamental para termos melhores chances de conseguir alcançar *um reajuste salarial e defender o serviço público* que possui sua estrutura ameaçada pela proposta privatista da Reforma Administrativa (PEC 32/2020). Todavia, vale registrar a importância de compreendermos o tamanho e a capacidade de nossas forças frente a essa importante luta na conjuntura reacionária que vivemos. Ou seja, nessa luta contra a política autoritária e ultraliberal de Jair Bolsonaro, não me parece uma avaliação calibrada avaliar que a FASUBRA sozinha tenha condições de construir uma greve com condições de realizarmos a luta sem colocar em risco o acúmulo de nossas forças políticas coletivas e pessoais. Em qualquer contexto político reacionário se exige de nós paciência e capacidade de articular lutas amplas para invertermos as correlações de forças que pautam a agenda política do momento.

Nesse sentido, o momento nos exige duas tarefas. A primeira tarefa fundamental é a articulação com as demais categorias do serviço público federal, em especial do campo da educação (ANDES-SN e SINASEFE), da construção da greve nacional proposta pelo Fórum da Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) para iniciar em 9 de março de 2022. Aqui em Uberlândia, é fundamental construirmos ações comuns junto com os Centros/Diretórios Acadêmicos e coletivos do movimento estudantil, com a ADUFU-SS, SINASEFE local, FENASPS local, ASSIBGE local; para que em Março tenhamos condições de deflagrar um movimento de greve mais potente, capaz de superar a postura intransigente desse (des)governo autoritário ultraliberal. E a segunda tarefa, que cabe para todas e todos da categoria, é a participação nas Assembleias, reuniões abertas, seminários e atos públicos convocados pela coordenação de nossa entidade. Vivemos tempos de *lutas, organizações e resistências*; e se esses tempos marcam o nosso presente, o futuro nos pertencerá.